

GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

SCHOOL MANAGEMENT AND THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING THE BNCC: AN ANALYSIS OF TEACHER TRAINING PROCESSES

- Letícia Aparecida Justino Sommer
- Miriam Aparecida Cordeiro de Souza
- Marta Maria Gomes
- Silmara Rubini Pacagnela
- Viviana Rodrigues

Resumo

O presente estudo analisa a gestão escolar e os desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase nos processos de formação docente nas instituições de ensino. Parte-se do entendimento de que a efetivação da BNCC ultrapassa adequações técnicas e documentais, exigindo reorganização curricular, participação coletiva e investimento contínuo no desenvolvimento profissional dos professores. O objetivo da pesquisa foi compreender o papel da gestão escolar frente às demandas da nova política curricular, bem como identificar estratégias formativas e obstáculos presentes no cotidiano escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas sobre gestão escolar, currículo e formação docente. O referencial teórico baseou-se em autores como Heloísa Lück, José Carlos Libâneo, Vitor Henrique Paro, António Nóvoa, Maurice Tardif, Bernadete Gatti, Paulo Freire e Dermeval Saviani. Os resultados indicam que a gestão democrática, articulada à formação continuada e à

valorização da autonomia escolar, favorece a implementação crítica e contextualizada da BNCC. Conclui-se que o sucesso dessa política curricular depende da integração entre gestão participativa, currículo flexível, valorização docente e compromisso com uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Gestão escolar. BNCC. Formação docente. Currículo. Políticas educacionais.

Abstract:

This study analyzes school management and the challenges of implementing the National Common Curricular Base (BNCC), with emphasis on teacher training processes in educational institutions. It is based on the understanding that the effective implementation of the BNCC goes beyond technical and documentary adjustments, requiring curricular reorganization, collective participation, and continuous investment in teachers' professional development. The objective of the research was to understand the role of school management in facing the demands of the new curricular policy, as well as to identify training strategies and obstacles present in everyday school life. Methodologically, this is a bibliographic study with a qualitative approach and an exploratory-descriptive nature, based on books, scientific articles, official documents, and academic productions on school management, curriculum, and teacher education. The theoretical framework was based on authors such as Heloísa Lück, José Carlos Libâneo, Vitor Henrique Paro, António Nóvoa, Maurice Tardif, Bernadete Gatti, Paulo Freire and Dermeval Saviani. The results indicate that democratic management, combined with continuing education and the valorization of school autonomy, favors the critical and contextualized implementation of the BNCC. It is concluded that the success of

this curricular policy depends on the integration of participatory management, flexible curriculum, teacher appreciation, and commitment to quality public education.

Keywords: School management. BNCC. Teacher education. Curriculum. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira vem passando por significativas transformações nas últimas décadas, impulsionadas por reformas curriculares, demandas sociais e pela necessidade de garantir uma formação integral aos estudantes. Nesse contexto, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco normativo importante para a organização dos currículos escolares, ao estabelecer competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas ao longo da escolarização básica. Homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, a BNCC propõe a construção de referenciais comuns para todo o território nacional, respeitando as especificidades regionais e locais (Ministério da Educação).

Entretanto, a efetivação da BNCC no cotidiano escolar ultrapassa a simples

adequação documental dos currículos, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e organizacionais nas instituições de ensino. Nesse processo, a gestão escolar assume papel estratégico, uma vez que cabe à equipe gestora articular ações, promover o engajamento da comunidade escolar, reorganizar práticas institucionais e criar condições para que os professores compreendam e incorporem as diretrizes propostas. Para Heloísa Lück, a gestão escolar contemporânea deve estar voltada à liderança participativa, à mobilização coletiva e ao compromisso com a qualidade da aprendizagem.

Entre os principais desafios enfrentados pelas escolas destaca-se a formação docente, especialmente no que se refere à preparação dos professores para interpretar criticamente a BNCC e traduzi-la em práticas pedagógicas coerentes com a realidade dos estudantes. A formação continuada torna-se, assim, elemento central para o sucesso da implementação curricular, pois possibilita o desenvolvimento profissional, a reflexão sobre a prática e a construção coletiva de saberes pedagógicos. Nesse sentido, António Nóvoa defende que a formação de professores deve estar ancorada na

escola, no trabalho colaborativo e na valorização da experiência profissional.

Além disso, compreender os saberes docentes mobilizados nesse processo é essencial para analisar as resistências, inseguranças e potencialidades presentes na implementação da BNCC. Segundo Maurice Tardif, o conhecimento profissional do professor é construído a partir de múltiplas fontes, incluindo a formação acadêmica, a experiência cotidiana e as interações no ambiente escolar. Dessa forma, políticas curriculares somente se concretizam quando dialogam com a realidade do trabalho docente e com os sujeitos responsáveis por sua execução.

Sob uma perspectiva crítica, a implementação de políticas educacionais também demanda reflexão acerca das condições materiais e institucionais das escolas públicas brasileiras. Para Dermeval Saviani, reformas educacionais precisam considerar a função social da escola e as desigualdades históricas que atravessam o sistema educacional. Nessa mesma direção, Paulo Freire destaca a importância do diálogo, da participação e da formação emancipadora como fundamentos de

uma educação democrática.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar frente aos desafios da implementação da BNCC, com ênfase nos processos de formação docente desenvolvidos nas instituições de ensino. Busca-se compreender de que maneira gestores e professores têm enfrentado as exigências da nova política curricular, quais estratégias formativas vêm sendo adotadas e quais limites ainda persistem para a consolidação de uma prática pedagógica alinhada às diretrizes nacionais e às necessidades concretas da comunidade escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza básica e com objetivo exploratório-descritivo, buscando compreender os desafios da gestão escolar diante da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase nos processos de formação docente. A abordagem qualitativa possibilita interpretar fenômenos educacionais em sua complexidade e contexto social, favorecendo análises mais

aprofundadas sobre práticas e processos institucionais (MINAYO, 2001). Optou-se pela pesquisa bibliográfica por permitir o levantamento, análise e interpretação de produções científicas já publicadas sobre a temática (GIL, 2008).

O referencial teórico será construído a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e materiais do Ministério da Educação. Para fundamentar as discussões sobre gestão escolar, serão utilizados autores como Heloísa Lück (LÜCK, 2009), José Carlos Libâneo (LIBÂNEO, 2004) e Vitor Henrique Paro (PARO, 2010), que discutem liderança participativa, organização pedagógica e democratização da escola. No campo da formação docente, destacam-se António Nóvoa (NÓVOA, 1992), Maurice Tardif (TARDIF, 2002) e Bernadete Gatti (GATTI, 2016), cujas contribuições abordam desenvolvimento profissional, saberes docentes e políticas de formação continuada.

A coleta de dados ocorreu por meio de buscas em bases acadêmicas como Google Scholar, SciELO, CAPES

Periódicos e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando descritores como: “gestão escolar”, “BNCC”, “formação docente”, “currículo” e “políticas educacionais”. Os dados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, que permite a organização e interpretação sistemática das informações em categorias analíticas relacionadas aos objetivos do estudo (BARDIN, 2011).

3– Gestão Escolar Democrática e Participação Coletiva

A gestão escolar contemporânea tem sido compreendida como um processo que ultrapassa funções meramente administrativas, assumindo papel central na organização pedagógica e no fortalecimento das relações institucionais. Nesse sentido, a gestão democrática constitui um princípio fundamental para a consolidação de uma escola participativa, inclusiva e comprometida com a qualidade social da educação. Tal perspectiva valoriza o diálogo, a cooperação e a corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar.

De acordo com Heloísa Lück, a gestão

escolar democrática depende da participação coletiva e da construção de objetivos comuns no ambiente educacional (LÜCK, 2009). Isso significa que gestores, professores, funcionários, estudantes e famílias devem atuar de forma articulada, compartilhando decisões e responsabilidades voltadas ao desenvolvimento da escola. Quando a participação é efetiva, amplia-se o sentimento de pertencimento e compromisso com os resultados institucionais.

A construção coletiva de metas e ações pedagógicas favorece a criação de um ambiente escolar mais colaborativo e coerente com as necessidades reais dos estudantes. Além disso, a escuta ativa dos diferentes segmentos escolares permite identificar desafios específicos e elaborar estratégias mais adequadas para enfrentá-los. Dessa forma, a liderança do gestor deixa de ser centralizadora e passa a assumir caráter mediador, incentivando práticas participativas e fortalecendo o trabalho em equipe.

Outro aspecto relevante da gestão democrática refere-se à transparência nos processos decisórios e à valorização das instâncias colegiadas, como

conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis. Esses espaços possibilitam o exercício da cidadania e contribuem para a formação de sujeitos críticos e participativos. Assim, a gestão democrática não se resume a procedimentos administrativos, mas configura-se como prática educativa voltada à construção de uma cultura institucional baseada no diálogo e na cooperação.

4. Organização Escolar, Qualidade do Ensino e Autonomia Institucional

A busca pela qualidade do ensino exige que a escola organize seus processos administrativos e pedagógicos de forma integrada, considerando que ambos são dimensões indissociáveis do trabalho educativo. A gestão escolar eficiente não se limita ao cumprimento de normas burocráticas, mas envolve planejamento, acompanhamento das práticas pedagógicas e promoção de condições adequadas para a aprendizagem dos estudantes.

Segundo José Carlos Libâneo, a escola precisa organizar seus processos administrativos e pedagógicos de forma integrada para garantir a qualidade do

ensino (LIBÂNEO, 2004). Nessa perspectiva, o planejamento institucional deve articular recursos humanos, materiais e pedagógicos em torno de objetivos comuns. Isso implica acompanhar o currículo, apoiar o trabalho docente, monitorar resultados e promover intervenções sempre que necessário.

A integração entre gestão administrativa e gestão pedagógica contribui para que a escola atue de maneira mais estratégica e coerente. Quando há alinhamento entre organização interna, práticas de ensino e metas educacionais, torna-se possível responder com maior eficiência às demandas dos estudantes e da comunidade. Além disso, a formação continuada dos professores e o incentivo à inovação pedagógica são elementos essenciais nesse processo de qualificação institucional.

Conforme destaca Vitor Henrique Paro, a participação da comunidade escolar fortalece a autonomia institucional e contribui para a democratização da educação (PARO, 2010). A autonomia escolar, nesse contexto, refere-se à capacidade de a instituição tomar decisões pedagógicas e administrativas

de acordo com sua realidade, sem perder de vista as diretrizes dos sistemas de ensino. Quanto maior a participação da comunidade, maior tende a ser a legitimidade das decisões tomadas.

Portanto, a qualidade da educação depende de uma gestão que una eficiência organizacional, compromisso pedagógico e participação social. A escola democrática e autônoma torna-se capaz de enfrentar desafios contemporâneos, promover aprendizagens significativas e cumprir sua função social de formação cidadã.

5. Formação Docente e Desenvolvimento Profissional

A formação docente constitui elemento central para a qualidade da educação e para a efetivação das políticas curriculares no contexto escolar. Diante das constantes transformações sociais, tecnológicas e pedagógicas, torna-se indispensável investir em processos formativos que fortaleçam a prática profissional e possibilitem aos professores responder às demandas contemporâneas da escola. Nesse cenário, a formação continuada destaca-se como estratégia essencial para o

aprimoramento das práticas educativas e para a construção de novos saberes pedagógicos.

Conforme afirma António Nóvoa, a formação continuada deve ocorrer no espaço escolar, articulando teoria, prática e desenvolvimento profissional docente (NÓVOA, 1992). Tal perspectiva valoriza a escola como lugar privilegiado de aprendizagem profissional, no qual os docentes podem refletir coletivamente sobre suas experiências, compartilhar desafios e construir soluções contextualizadas. A formação situada favorece o vínculo entre os conhecimentos teóricos e as necessidades reais do cotidiano escolar.

Além disso, os conhecimentos necessários ao exercício da docência não se restringem à formação inicial. Para Maurice Tardif, os saberes docentes são construídos ao longo da trajetória profissional, a partir da formação acadêmica e das experiências vividas no cotidiano escolar (TARDIF, 2002). Isso significa que o professor desenvolve competências por meio da prática, das interações com colegas, dos desafios enfrentados em sala de aula e da reflexão constante sobre seu trabalho.

No âmbito das políticas educacionais, torna-se fundamental que os programas de formação considerem as demandas concretas das escolas e dos profissionais da educação. Segundo Bernadete Gatti, as políticas públicas voltadas à formação de professores precisam considerar as reais necessidades da prática pedagógica (GATTI, 2016). Quando desconectadas da realidade escolar, tais políticas tendem a apresentar baixa efetividade. Portanto, investir na valorização docente e em formações contextualizadas é condição indispensável para a melhoria da educação básica.

6. BNCC e Currículo: Desafios e Possibilidades

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa uma das principais reformas educacionais recentes no Brasil, ao propor referenciais comuns de aprendizagem para toda a educação básica. Seu objetivo central é garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento aos estudantes, promovendo maior equidade educacional entre diferentes regiões e redes de ensino.

De acordo com Base Nacional Comum Curricular, a BNCC define aprendizagens essenciais para todos os estudantes da educação básica (BRASIL, 2018). A partir desse documento, estados e municípios passaram a revisar seus currículos, reorganizar propostas pedagógicas e promover formações docentes voltadas às novas competências e habilidades previstas nacionalmente.

Entretanto, o currículo não pode ser compreendido apenas como seleção técnica de conteúdos. Conforme destaca Alice Casimiro Lopes, o currículo é resultado de disputas políticas, culturais e sociais presentes na sociedade (LOPES, 2004). Dessa forma, toda política curricular expressa valores, interesses e concepções de educação que influenciam a organização do conhecimento escolar.

Sob esse prisma, a BNCC também necessita ser analisada criticamente. Para Elizabeth Macedo, a BNCC precisa ser analisada criticamente, considerando seus impactos sobre a autonomia docente e a diversidade escolar (MACEDO, 2018). Isso implica refletir sobre como as diretrizes

nacionais dialogam com as especificidades locais, as identidades culturais e as diferentes realidades escolares brasileiras. Assim, a implementação curricular exige equilíbrio entre padronização, flexibilidade e respeito à pluralidade.

7. Perspectiva Crítica da Educação

A educação, além de transmitir conhecimentos, possui compromisso ético e social com a formação humana e com a transformação da realidade. Nessa perspectiva, ensinar significa promover consciência crítica, participação democrática e valorização dos sujeitos em sua diversidade histórica e cultural. A escola assume, portanto, papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Segundo Paulo Freire, ensinar exige diálogo, reflexão crítica e compromisso com a transformação social (FREIRE, 1996). O processo educativo deve ser construído de forma participativa, respeitando os saberes dos estudantes e incentivando a leitura crítica do mundo. O diálogo torna-se, assim, fundamento de práticas pedagógicas emancipadoras.

Além disso, a escola desempenha função essencial na socialização do conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Para Dermeval Saviani, a escola possui papel fundamental na socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade (SAVIANI, 2008). Ao garantir acesso ao saber sistematizado, a instituição escolar contribui para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades sociais.

Complementando essa análise, Miguel Arroyo afirma que a educação deve considerar os sujeitos concretos, suas trajetórias e as desigualdades sociais presentes no contexto escolar (ARROYO, 2011). Isso significa reconhecer que os estudantes chegam à escola marcados por diferentes experiências de vida, condições sociais e identidades culturais, exigindo práticas pedagógicas sensíveis à diversidade.

Desse modo, a perspectiva crítica da educação reafirma a necessidade de uma escola democrática, humanizadora e comprometida com a justiça social.

Tabela – Autores, Obras, Ideia Principal e Contribuições

| Autor | Obra | Ideia Principal | Contribuição para o Tema |
|---------------------|---|---|---|
| Heloísa Lück | <i>Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências</i> | A gestão escolar deve ser participativa, articuladora e voltada à aprendizagem em. | Fundamenta a discussão sobre liderança democrática e participação coletiva na escola. |
| José Carlos Libâneo | <i>Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática</i> | A qualidade do ensino depende da integração entre gestão administrativa e pedagógica. | Sustenta a necessidade de planejamento e organização institucional. |
| Vitor Henrique Paro | <i>Gestão Democrática da Escola Pública</i> | A participação da comunidade fortalece a autonomia escolar e democratiza a educação. | Reforça o papel da comunidade escolar nas decisões institucionais. |
| Antônio Nóvoa | <i>Os Professores e sua</i> | A formação | Base para discutir desenvolvimento |

| | | | |
|------------------------|--|--|--|
| | <i>Formação</i> | deve ocorrer no contexto da escola e da prática docente. | profissional e formação situada. |
| Maurice Tardif | <i>Saberes Docentes e Formação Profissional</i> | Os saberes docentes são construídos na formação e na experiência cotidiana. | Explica a valorização da experiência do professor. |
| Bernadete Gatti | <i>Formação de Professores: Condições e Problemas Atuais</i> | Políticas formativas precisam considerar as demandas reais da escola. | Relaciona políticas públicas à valorização e qualificação docente. |
| Ministério da Educação | <i>Base Nacional Comum Curricular</i> | Define aprendizagens essenciais para todos os estudantes da educação básica. | Documento central para análise da implementação curricular. |
| Alice Casimiro Lopes | <i>Políticas Curriculares: Continuidade ou</i> | O currículo resulta de | Amplia a compreensão crítica sobre políticas |

| | | | |
|------------------|--|--|--|
| | <i>Mudança de Rumos?</i> | disputa curriculares, políticas, sociais e culturais. | |
| Elizabeth Macedo | <i>Estudo sobre BNCC e currículo</i> | A BNCC deve ser analisada criticamente quanto à autonomia docente e diversidade. | Problemática limites e impactos da padronização curricular. |
| Paulo Freire | <i>Pedagogia da Autonomia</i> | Ensinar exige diálogo, reflexão crítica e compromisso social. | Fundamentação das práticas pedagógicas democráticas e emancipadoras. |
| Dermeval Saviani | <i>Escola e Democracia</i> | A escola socializa o conhecimento historicamente produzido. | Reforça a função social da escola pública. |
| Miguel Arroyo | <i>Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens</i> | A educação deve considerar sujeitos concretos e desigualdades sociais. | Contribui para a defesa de práticas inclusivas e contextualizadas. |

Fonte: Próprios autores, 2026.

A análise do conjunto teórico acima, evidencia que a implementação da BNCC exige uma compreensão integrada entre gestão escolar, formação docente, currículo e compromisso social da educação. Os autores voltados à gestão escolar, como Heloísa Lück, José Carlos Libâneo e Vitor Henrique Paro, convergem ao defender que a escola precisa articular processos administrativos e pedagógicos de forma democrática, participativa e orientada à aprendizagem.

No campo da formação docente, António Nóvoa, Maurice Tardif e Bernadete Gatti demonstram que a valorização profissional depende de políticas formativas conectadas à realidade escolar, reconhecendo os saberes construídos na prática cotidiana e a necessidade de atualização permanente.

Quanto ao currículo, as contribuições da Ministério da Educação, de Alice Casimiro Lopes e de Elizabeth Macedo indicam que a BNCC não deve ser entendida apenas como documento normativo, mas como política curricular inserida em disputas e tensões sociais. Sua implementação requer adaptações

locais e respeito à diversidade escolar.

Por fim, a perspectiva crítica apresentada por Paulo Freire, Dermeval Saviani e Miguel Arroyo reafirma que a educação deve promover emancipação, acesso ao conhecimento e enfrentamento das desigualdades. Dessa forma, conclui-se que o êxito da BNCC depende da articulação entre gestão democrática, formação continuada, currículo contextualizado e compromisso ético com a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidenciou que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui processo complexo, que ultrapassa adequações técnicas e documentais, exigindo mudanças significativas na organização escolar, nas práticas pedagógicas e nos processos de formação docente. Nesse cenário, a gestão escolar assume papel estratégico ao articular ações institucionais, mobilizar a comunidade escolar e criar condições favoráveis para a efetivação das políticas curriculares.

Verificou-se que a gestão democrática, fundamentada na participação coletiva,

no diálogo e na construção compartilhada de objetivos, fortalece a autonomia institucional e contribui para a melhoria da qualidade do ensino. Da mesma forma, a formação continuada mostrou-se indispensável para que os professores compreendam criticamente a BNCC e desenvolvam práticas coerentes com as necessidades dos estudantes e com os desafios contemporâneos da educação.

Também se constatou que o currículo é espaço de disputas políticas, culturais e sociais, o que exige olhar crítico sobre a BNCC e seus impactos na autonomia docente e na diversidade escolar. Assim, a implementação curricular não pode ocorrer de forma homogênea ou descontextualizada, devendo respeitar as especificidades locais e valorizar os diferentes sujeitos presentes na escola.

Por fim, a perspectiva crítica da educação reafirma que ensinar é compromisso com a formação humana, a emancipação social e a democratização do conhecimento. Dessa maneira, conclui-se que o sucesso da implementação da BNCC depende da articulação entre gestão participativa, valorização docente, currículo contextualizado e compromisso

ético com uma educação pública de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- FREIRE, Paulo Freire. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernadete Gatti. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 161-171, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos Libâneo. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LOPES, Alice Casimiro Lopes. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, 2004.

LÜCK, Heloísa Lück. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, António Nóvoa. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PARO, Vitor Henrique Paro. *Gestão democrática da escola pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval Saviani. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TARDIF, Maurice Tardif. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.